



Somos todos behavioristas metodológicos¹

Marcus Bentes de Carvalho Neto

Os analistas do comportamento estão familiarizados com uma divisão clássica e categórica entre dois tipos de behaviorismo: o (meramente) *metodológico* e o *radical* (Skinner, 1974/1976). Um dos pontos principais nessa divisão estaria no tipo de dado aceito em um empreendimento científico do comportamento (para uma análise mais completa sobre os elementos constituintes do behaviorismo metodológico, ver Moore, 1981, p. 64; Moore, 2001, p. 239). O behaviorismo metodológico supostamente teria aderido a uma versão rígida e ingênua de operacionismo (presente no positivismo lógico e no realismo) e, por isso, lidaria exclusivamente com aquilo que fosse publicamente observável:

Observação, pois, tornou-se um termo e uma operação fundamentais para o behaviorismo watsoniano² [metodológico]: ela define a categoria 'comportamento', seu objeto de estudo. *Comportamento é o observável, mas o observável pelo outro, isto é, o externamente observável. Comportamento, para ser objeto de estudo do behaviorista, deve ocorrer afetando os sentidos do outro, deve poder ser contado e medido pelo outro* [ênfase adicionada]. (Matos, 1997, p.57)

O critério de cientificidade estaria ancorado na possibilidade de se chegar a uma verdade por consenso público (Matos, 1997; Skinner, 1945,

1974/1976; Tourinho, 1996). Nesse contexto, a construção e, principalmente, a validação do conhecimento seria inerentemente dialógica e social, ou seja, dependeria da interlocução dos membros de um grupo. Para isso, o objeto precisaria ser igualmente acessível a todos eles para verificação. Mas, ao assumir tal critério, o behaviorismo metodológico circunscreveria o universo de eventos cientificamente legítimos aos "objetivos" (i.e., observáveis publicamente) e excluiria toda gama de eventos, termos e conceitos relativos à esfera subjetiva ou privada. A maior parte dos processos psicológicos tradicionais ficaria, desse modo, para além de um tratamento científico, o que acabaria implicando a adoção de um dualismo (explícito ou implícito) entre eventos comportamentais (públicos e cientificamente válidos) e eventos mentais (privados e inacessíveis à ciência). Daí o fato de autores como Moore (1989) e Matos (1997), por exemplo, afirmarem que o behaviorismo metodológico seria também um tipo de mentalismo.

Nessa caracterização tradicional, o behaviorismo radical surge como uma alternativa ao behaviorismo metodológico, pois superaria o limite da *verdade por consenso* e poderia abordar, sem abrir mão da cientificidade, eventos tanto públicos quanto privados:

A distinção público-privado enfatiza a filosofia árida da "verdade por consenso". O público, na verdade, acaba sendo simplesmente aquilo sobre o que se pode concordar porque é comum a dois ou mais observadores. Isso não é uma parte essencial do operacionismo; ao contrário, operacionismo nos permite dispensar esta solução demais insatisfatória do problema da verdade. . . . *O critério último para a boa qualidade de um conceito não é se duas pessoas entram em acordo, mas se o cientista que usa o conceito pode operar com sucesso sobre seu material - sozinho, se precisar* [ênfase adi-

1 O presente ensaio é uma versão resumida do artigo Carvalho Neto, Souza, Strapasson e Dittrich (Em preparação). O trabalho foi apresentado em setembro de 2011, em Salvador, durante o XX Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental e I Encontro Sul-Americano de Análise do Comportamento. Contatos pelo e-mail: marcusbentesufpa@gmail.com

2 A classificação de Watson como *behaviorista metodológico* é problemática. Ver a análise proposta por Strapasson e Carrara (2008).

cionada]. O que importa para o Robison Crusóe não é se ele está concordando consigo mesmo, mas se ele está chegando a algum lugar com seu controle sobre a natureza". (Skinner, 1945, p. 552)

Adotando uma postura alternativa de operacionismo, Skinner (1945) teria defendido um critério diferente de produção e validação do conhecimento científico, desvinculado da possibilidade de observação pública. A classificação de Skinner e da própria análise do comportamento como pragmatista é ampla (e.g., Abib, 2001a; Baum, 1999; Borba & Tourinho, 2009; Carrara, 1998; Delprato & Midgley, 1992; Lattal & Laipple, 2003; Lopes, 2007; Moxley, 2001; Tourinho, 1993, 1996; Tourinho & Neno, 2003), mas não necessa-

Parece vigorar uma interpretação de que o behaviorismo radical de Skinner teria não só abdicado do critério de observação pública, mas também demonstrado a fragilidade e a ineficiência de tal critério, tornando-o descartável, juntamente com o behaviorismo "meramente" metodológico.

riamente simples (Abib, 2001b; Leigland, 2004; Malone, 2004; Micheletto, 1997, 1999). O pensamento Skinneriano é rico em adoções simultâneas ou consecutivas de posições incompatíveis, o que acaba gerando uma grande dificuldade de classificá-lo teórica e filosoficamente (Abib, 2001b; Martin, 1978; Moxley, 1998). Contudo, mesmo reconhecendo a complexidade de suas propostas, parece vigorar contemporaneamente uma interpretação de que o behaviorismo radical de Skinner teria não só abdicado do critério de observação pública, mas teria também demonstrado a fragilidade e a ineficiência de tal critério, tornando-o descartável, juntamente com o behaviorismo "meramente" metodológico.

O objetivo deste ensaio é refletir sobre essa classificação maniqueísta entre um behaviorismo metodológico que teria a verdade por consenso público como critério de verdade e um behaviorismo radical que teria abandonado esse critério, adotando uma perspectiva prag-

mática, na qual um conhecimento privado poderia ser base para uma ciência do comportamento, desde que gerasse previsão e controle.

Dois Modos de Produção de Conhecimento em Análise do Comportamento (AC): Análise Experimental (AEC) e Interpretação do Comportamento

Donahoe (1993) retoma algumas obras de Skinner para sugerir que uma ciência do comportamento teria dois modos de produzir e validar conhecimento:

Para Skinner, ciência consiste em dois empreendimentos inter-relacionados. O primeiro é a análise experimental do objeto de estudo da ciência. Para que sejam completamente atingidas as exigências da análise experimental, todos antecedentes eficazes do evento em estudo devem ser independentemente manipulados ou controlados (ou, tais condições precisam ser aproximadas, como na mecânica celeste) e *os eventos em si devem ser diretamente observados e mensurados* [ênfase adicionada]. O segundo aspecto do empreendimento científico é a interpretação. Na interpretação, princípios induzidos da análise experimental e circunscritos por considerações formais (i.e., lógica/matemática) são utilizados para fornecer uma perspectiva dos eventos que ocorrem sob condições que fogem à análise experimental. (p. 453)

O método experimental, instrumento básico adotado no âmbito da AEC, exigiria a observação pública para que fosse possível a replicação dos resultados (Dinsmoor, 2003; Sidman, 1976; Skinner, 1938, 1966), colocando sob controle social a construção do conhecimento científico. A partir desse método e desses pressupostos filosóficos, edificaram-se, ainda nos anos 1930

Aparentemente, pelo menos no âmbito da AEC, o critério de verdade por consenso público, um dos pilares do behaviorismo metodológico, foi mantido intacto, a despeito da crítica de Skinner ao seu uso.

(especialmente em Skinner, 1938), os princípios básicos da área, como os comportamentos respondente e operante, o reforçamento, a extinção, a discriminação, entre outros.

O critério de observação pública esteve e está em vigor nas principais revistas empíricas da área, como o JEAB e o JABA, por exemplo. Aparentemente, então, pelo menos no âmbito da AEC, o critério de verdade por consenso público, um dos pilares do behaviorismo metodológico, foi mantido intacto, a despeito da crítica de Skinner ao seu uso (1945, 1974/1976). Mas, haveria aqui realmente uma fragilidade? A observação pública parece ser indispensável ao empreendimento científico em uma ciência natural, pois permite o teste externo, o controle público, essencial à autocorreção das descrições realizadas (Borkowski & Anderson, 1981; Dawkins, 2000; Dennett, 1997; Marx, 1975; Popper, 1989; Russell, 1969; Sagan, 1996; Skinner, 1953/1965; Sokal & Bricmont, 1999).

Contudo, como já sugerido por Donahoe (1993, 2004), essa seria apenas uma das formas de produzir conhecimento sobre o comportamento em AC. A interpretação seria uma outra alternativa:

Mesmo que a análise experimental se restrinja de fato a eventos observáveis, a interpretação científica não o faz. A interpretação pode ter recursos para eventos não observáveis se: (a) eventos deste tipo tenham previamente se submetido à análise experimental, (b) os antecedentes do comportamento interpretado incluam condições suficientes para a ocorrência dos eventos não observados quando tais eventos foram observados e (c) as características dos eventos não observados e suas contribuições para processos correntes sejam restritas àqueles que já tenham sido demonstrados quanto tais eventos foram observados [ênfase adicionada]. (Donahoe, 1993, p. 454)

Portanto, a interpretação não exigiria a observação pública, mas isso não significa que qualquer descrição privada seria válida cientificamente. Como indicam os pré-requisitos destacados por Donahoe (1993), a interpretação estaria atrelada ao conhecimento previamente estabelecido no âmbito da AEC, ou seja, indiretamente estaria subordinada aos critérios de ob-

servação pública e controle social presentes no behaviorismo metodológico. Matos (1997) descreve essa curiosa relação nos seguintes termos:

Estudar eventos privados é uma tarefa que o behaviorista radical considera requisito essencial para entender o comportamento humano. A análise desses eventos não precisa ser colocada sob critérios sociais; para o behaviorista radical basta um observador, o próprio sujeito. Mas os dados dessa observação precisam ser replicáveis, e os conceitos que são utilizados ao lidar com esses dados devem se ajustar ao mesmo conjunto de leis e princípios utilizados na análise do comportamento em geral [ênfase adicionada] (Matos, 1990). (Matos, 1997, p. 64)

Supondo que haveria duas formas diferentes de produzir e validar conhecimento em AC (i.e., análise experimental e interpretação) e supondo que cada uma adotaria seus próprios critérios filosóficos - no primeiro caso, o behaviorismo metodológico com a verdade por consenso público; no segundo, o behaviorismo radical com um tipo de pragmatismo -, algumas reflexões seriam necessárias: (a) O behaviorismo radical não seria a filosofia geral a regular a AC como um todo? Como uma subárea, a AEC poderia manter, paralela e autonomamente, uma base filosófica não apenas diferente, mas incompatível com a orientação geral, o behaviorismo radical?; (b) Tendo os principais conceitos da área sido produzidos e validados inicialmente pela AEC e sua verdade por consenso público, e sendo a interpretação um conhecimento derivado e subordinado a esse nível mais básico, não seria o próprio behaviorismo radical um "behaviorismo metodológico de segunda ordem"?; (c) Como poderia o behaviorismo radical "dar as costas" ao método científico que lhe garantiu a própria existência e validade? Não seria o behaviorismo radical proposto por Skinner (1945, 1974/1976) um tipo de behaviorismo "ingrato", fundamentado filosoficamente no "oportunismo epistemológico" e no "pragmatismo de conveniência"?

Skinner (1974/1976) reconhece a importância histórica do behaviorismo metodológico e da estratégia em optar por lidar empiricamente com eventos publicamente observáveis na construção de uma ciência do comportamento incipiente:

A respeito de suas próprias metas, o behaviorismo metodológico foi bem sucedido [ênfase adicionada]. Ele lidou com muitos dos problemas levantados pelo mentalismo e se libertou para trabalhar em seus próprios projetos sem digressões filosóficas. Ao direcionar a atenção para antecedentes genéticos e ambientais, ele encerra uma concentração injustificada numa vida interior. Libertou-nos para estudar o comportamento de espécies inferiores, onde a introspecção (então considerada exclusivamente humana) não era praticável [ênfase adicionada], e para explorar semelhanças e diferenças entre o homem e outras espécies. (p. 16)

Curiosamente, Skinner, ao descrever supostamente o behaviorismo metodológico, está também descrevendo o início da sua própria carreira na psicologia, quando nos anos 1930 optou por identificar as relações comportamentais básicas ou fundamentais a partir da adoção do método experimental. Micheletto (1997), ao caracterizar a obra Skinneriana em sua fase inicial (i.e., o Skinner “jovem”), diz:

Em 1931, Skinner se propõe a fazer uma análise científica do comportamento a partir do conceito de reflexo. Um conceito que permitia estudar o comportamento a partir de uma determinação observável no ambiente [ênfase adicionada] e que permitia previsão e controle. . . . A partir de uma revisão histórica do conceito de reflexo, Skinner estabelece o conceito de correlação observada entre estímulo e resposta [ênfase adicionada]. Trabalhar com eventos observáveis diretamente em organismos intactos afasta-o não só de visões metafísicas, mas também de supostos sobre o comportamento e procedimentos de investigação vinculados à fisiologia reflexa [ênfase adicionada] Tomados de forma geral, são positivistas [ênfase adicionada] os critérios que Skinner adota para defender o estudo do comportamento a partir de dados observados [ênfase adicionada], afastando-se de noções metafísicas (pp. 33-34)

Assim, a exigência de observação pública e de controle social do conhecimento na fase inicial da AC foi crítica para a própria existência de uma ciência do comportamento de inspiração behaviorista. Skinner, nesse sentido, fez o que o próprio Watson (1913) defendeu para garantir a transição de uma psicologia mentalista para uma psicologia do comportamento: (a) suspender o uso da terminologia tradicional mentalista; (b) aplicar o método experimental às relações entre organismo e ambiente publicamente observáveis e construir com isso um conhecimento mais seguro sobre os fenômenos psicológicos (para uma análise histórica e crítica, ver Politzer, 1975). Watson (1913) previa inclusive que em uma fase posterior, com conceitos comportamentais mais confiáveis à disposição - extraídos da experimentação cuidadosa -, seria possível retornar aos termos e métodos da psicologia tradicional (introspeccionista) e selecionar o que teria validade ou não. Watson assim reservava em sua ciência espaço para um tipo de exercício teórico, dedutivo, similar à interpretação Skinneriana.

Considerações Finais

Os termos *metodológico* e *radical* para descrever formas diferentes de behaviorismo admitem um amplo conjunto de características definidoras. A necessidade de observação pública, no caso do behaviorismo metodológico, seria apenas um desses critérios. A ênfase e a simplificação na discussão desse elemento classificatório acabaram por levar a uma distorção na qual a observação pública é descrita algumas vezes como uma estratégia superada e dispensável. O ponto central do debate metodológico/radical parece ser outro: qual a natureza dos eventos psicológicos sob a pele? O behaviorismo radical corretamente reafirma a natureza comportamental desses eventos, naturalizando a subjetividade.

Outra questão seria como uma ciência do comportamento deveria produzir e validar seu conhecimento. De fato, algumas proposições behavioristas parecem ter dado margem a um dualismo implícito, ao admitirem exclusivamente dados observáveis publicamente. Assim, os eventos sob a pele seriam de outra natureza, a “mental”, e não seriam passíveis de investigação científica. Mas não necessariamente a defesa da observação pública na construção de princípios comportamentais seria atemporal e levaria à exclusão dos eventos privados.

É possível entender a adoção de critérios sociais de controle do conhecimento no behaviorismo de Watson e de Skinner (pelo menos em sua fase inicial) como uma estratégia histórica, explicável e válida para um contexto específico. Ambos precisavam iniciar sua empreitada científica e a psicologia tradicional não lhes oferecia segurança nem nos conceitos e termos utilizados para descrever os fenômenos psicológicos, nem nos métodos para conhecer tais fenômenos. Qual o caminho mais seguro a ser trilhado nesse cenário? Ambos os autores optaram por começar utilizando a experimentação de relações entre organismo e ambiente simples,

O equívoco do debate entre behaviorismo metodológico e behaviorismo radical parece residir na interpretação de que a observação pública é o inimigo do “bom” behaviorismo. Ela foi e é crucial para uma ciência do comportamento.

publicamente acessíveis e, por isso, socialmente controláveis. A princípio, não parece ter havido uma negação da validade de estratégias indiretas ou interpretativas ou mesmo considerações definitivas e completas sobre o lugar dos eventos psicológicos não acessíveis publicamente.

Naquele momento decisivo, o caminho para edificar uma ciência do comportamento ancorada em bases seguras recomendaria a adoção da verdade por consenso público. No caso de Skinner, após terem sido produzidas empiricamente as leis básicas da área, estavam prontas as ferramentas teóricas que o autor aplicaria em sua interpretação dos fenômenos comportamentais complexos, mais difíceis de serem submetidos ao exame em condições controladas. Portanto, o equívoco do debate entre behaviorismo metodológico e behaviorismo radical parece residir na interpretação de que a observação pública é o inimigo do “bom” behaviorismo. Ela foi e é crucial para uma ciência do comportamento. Ela norteia a prática não só dos analistas experimentais do comportamento trabalhando em laboratório, mas também a prática dos demais analistas comportamentais saudavelmente obcecados com a necessidade de objetividade, replicabilidade e de descrições baseadas em evidências averiguáveis.

É importante lembrar que a necessidade de observação pública e de demonstração empírica e lógica de um argumento surge em um contexto no qual um conhecimento podia ser produzido por mera “revelação” ou “inspiração” (resultado de um processo íntimo, espiritual, misterioso, in-comunicável e indevassável) e mantido por autoridade (especialmente as real e religiosa). Comte combateu o conhecimento místico, individual e indiscutível (de papas, reis e assemelhados) e propôs critérios que, ao mesmo tempo, naturalizavam a produção de conhecimento (entendida como humana, mundana, sem vínculos com um mundo extrafísico a soprar verdades aos escolhidos) e democratizavam o seu acesso (qualquer um poderia, independentemente de sua origem ou classe social, potencialmente compreender, criar e testar uma teoria sobre o mundo). Ele reconhecia a falibilidade humana (daí a necessidade do *Método*) e tornava explicitamente a validação do conhecimento uma questão de convencimento público, uma tarefa irremediavelmente coletiva, regida pela razão argumentativa, e não pelo medo de contrariar uma autoridade.

Tais avanços são conquistas fundamentais da modernidade. Estão profunda e historicamente relacionados à própria ideia de democracia. Portanto, não deveria ser um estorvo para o analista do comportamento, o qual não deveria ter vergonha de adotá-lo. Talvez seja necessário, sim, discutir o papel complexo que tal critério assumiu em nossa história e reavaliar a partir disso as classificações e caracterizações tradicionais sobre o que fazemos e no que acreditamos.

Referências

- Abib, J. A. D. (2001a). Behaviorismo radical como pragmatismo na epistemologia. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Expondo a variabilidade* (Vol. 8, pp. 158-161). Santo André: ESETec.
- Abib, J. A. D. (2001b). Arqueologia do behaviorismo radical e o conceito de mente. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição. Expondo a variabilidade* (Vol. 7, pp. 20-35). Santo André: ESETec.
- Baum, W. M. (1999). *Compreender o behaviorismo: Ciência, comportamento e cultura*. Porto Alegre: Artmed.

- Borba, A. & Tourinho, E. Z. (2009). Uso dos conceitos de eventos privados à luz de proposições pragmáticas. *Estudos de Psicologia*, 14(2), 89-96.
- Borkowski, J. G. & Anderson, D. C. (1981). *Psicologia experimental*. São Paulo: Cultrix.
- Carrara, K. (1998). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. Marília: UNESP.
- Carvalho Neto, M. B., Souza, C. B. A., Strapasson, B. A. & Dittrich, A. (Em Preparação). Somos todos behavioristas metodológicos: Verdade por consenso público e a produção de conhecimento em análise experimental do comportamento.
- Dawkins, R. (2000). *Desvendando o arco-íris: Ciência, ilusão e encantamento*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Delprato, D. J. & Midgley, B. D. (1992). Some fundamentals of B. F. Skinner's behaviorism. *American Psychologist*, 47(11), 1312-1317.
- Dennett, D. C. (1997). Fé na verdade. *Disputatio*, 3, 3-21.
- Dinsmoor, J. A. (2003). Experimental. *The Behavior Analyst*, 26(1), 151-153.
- Donahoe, J. W. (1993). The unconventional wisdom of B. F. Skinner: The analysis-interpretation distinction. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 60(2), 453-456.
- Donahoe, J. W. (2004). Interpretation and experimental-analysis: An underappreciated distinction. *European Journal of Behavior Analysis*, 5(2), 83-89.
- Lattal, K. A. & Laipple, J. S. (2003). Pragmatism and behavior analysis. Em K. A. Lattal & P. N. Chase (Eds.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 41-61). New York: Kluwer Academic/Plenum.
- Leigland, S. (2004). Pragmatism and radical behaviorism: Comments on Malone (2001). *Behavior and Philosophy*, 32, 305-312.
- Lopes, C. E. (2007). O conceito de estímulo no behaviorismo radical: Esboço de uma interpretação pragmatista. Em W. C. M. P. Silva (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Reflexões teórico-conceituais e implicação para a pesquisa* (Vol. 20, pp. 96-100). Santo André: ESETec.
- Malone, J. C. (2004). Pragmatism and radical behaviorism: A reply to Leigland. *Behavior and Philosophy*, 32, 313-315.
- Martin, M. (1978). Interpreting Skinner. *Behaviorism*, 6(2), 129-138.
- Marx, M. H. (1975). Observação, descoberta, confirmação e elaboração da teoria. Em A. R. Gilgen (Org.), *Psicologia científica contemporânea* (pp. 14-46). São Paulo: EPU.
- Matos, M. A. (1997). O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. Em R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (Vol. 1, pp. 54-67). Santo André: Arbytes.
- Micheletto, N. (1997). Bases filosóficas do behaviorismo. Em R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (Vol. 1, pp. 29-44). Santo André: Arbytes.
- Micheletto, N. (1999). Behaviorismo e outros ismos. Em R. R. Kerbauy & R. C. Wielenska (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Psicologia comportamental e cognitiva: Da reflexão teórica à diversidade da aplicação* (Vol. 4, pp. 3-12). Santo André: Arbytes.
- Moore, J. (1981). On mentalism, methodological behaviorism, and radical behaviorism. *Behaviorism*, 9(1), 55-77.
- Moore, J. (1989). Why methodological behaviorism is mentalistic. *Theoretical and Philosophical Psychology*, 9(2), 20-27.
- Moore, J. (2001). On distinguishing methodological from radical behaviorism. *European Journal of Behavior Analysis*, 2(2), 221-244.
- Moxley, R. A. (1998). Why Skinner is difficult. *The Behavior Analyst*, 21, 73-91.
- Moxley, R. A. (2001). Sources for Skinner's pragmatic selectionism in 1945. *The Behavior Analyst*, 24(2), 201-212.
- Politzer, G. (1975). *Crítica dos fundamentos da psicologia I*. Lisboa: Editorial Presença.
- Popper, K. (1989). *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix.
- Russell, B. (1969). *A perspectiva científica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Sagan, C. (1996). *O mundo assombrado pelos demônios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sidman, M. (1976). *Táticas da pesquisa científica*. São Paulo: Brasiliense.
- Skinner, B. F. (1938). *The behavior of organisms: An experimental analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.

- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52(5), 270-277/291-294.
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York: The Free Press. (Trabalho original publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (1966). What is the experimental analysis of behavior? *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 9(3), 213-218.
- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. New York: Vintage Books. (Trabalho original publicado em 1974)
- Sokal, A. & Bricmont, J. (1999). *Imposturas intelectuais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.
- Strapasson, B. A., & Carrara, K. (2008). John B. Watson: Behaviorista metodológico? *Interação em Psicologia*, 12(1), 1-10.
- Tourinho, E. Z. (1993). A noção pragmática de conhecimento e a noção skinneriana de conhecimento de si mesmo. *Acta Comportamental*, 2(2), 219-232.
- Tourinho, E. Z. (1996). Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo. *Temas em Psicologia*, 4(2), 41-56.
- Tourinho, E. Z. & Neno, S. (2003). Effectiveness as truth criterion in behavior analysis. *Behavior and Philosophy*, 31(1), 63-81.
- Watson, J. B. (1913). Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review*, 20, 158-177.